

In Cadernos Critica Feminista, ano V, n 4-dezembro 2011,p 72-99

NOTAS SOBRE A POTENCIALIDADE DO CONCEITO DE PATRIARCADO PARA UM SUJEITO NO FEMINISMO. CONTRIBUIÇÕES DE HELEIETH SAFFIOTI- EM MEMORIA E PELO DEVIR¹

Mary Garcia Castroⁱ

INTRODUÇÃOⁱⁱ

O convite para participar deste evento de comemoração dos 30 anos do SOS Corpo chega-me com vários significados, considerando a admiração e apreço pelo SOS Corpo, sua singular trajetória de investimentos na construção de um feminismo ancorado em necessidades de mulheres de setores populares, combinando debates teóricos e ações ao nível do local, privilegiando entre outros pontos de decolagem, os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, explorando imaginários, corpos e agências, como o estado dos serviços de saúde, as relações de gênero, as violências simbólicas e físicas ancoradas na sujeição do desejo, vontades e abortos de possibilidades de se reinventar, adentrar-se, criar outras relações, formas de ser, o que nem sempre é assumido como não escolha pelas vítimas de sistemas de dominação, embalados em seduções de consumo, objetificações e poderes que subalternizam.

Ao meu juízo, o SOS consubstancia um peculiar feminismo, com o qual muito me identifico e que leio como informando também escritos de Heleieth Saffioti, aquele que está no aqui e no agora, tomando partido por mulheres concretas na classe, na raça e em tantos outros sistemas de subordinação; por mulheres e homens por outras relações sociais. Um feminismo que investe, mas que não se contenta, com os limites por políticas públicas e realizações existenciais, individualizadas em micro políticas, ou seja, um feminismo que se preocupa em discutir teorias que colaborem em coletividades transgressoras, um feminismo por outro humanismo.

¹Versão apresentada no **Ato político em comemoração dos 30 anos do sos corpo, instituto feminista para a democracia, em Recife, 7 de outubro de 2011**

O convite de Maria Betânia de Melo Ávila, para participar de uma homenagem a Heleieth Saffioti, neste painel oferece-me a oportunidade de dar ciência pública de que pago uma dívida antiga que tenho com a amiga e mentora Heleieth Saffioti, que recém nos deixou e cuja obra também se singulariza, assim como o currículo do SOS, por buscar investimentos em conhecimento compreensivo e pautado por uma pedagogia libertadora, mas principalmente de cunho materialista dialético, decolando de pesquisas, trabalhos, como aqueles sobre violências na classe, na raça, no gênero.

Em 1991, escrevi, em artigo intitulado “Patriarcado: Desencontros entre a Sociologia, o Feminismo e entre Correntes do Feminismo” (Castro 1991: 25):

O conceito de gênero representa um esforço de sair da camisa de força do conceito de patriarcado, por seu a-historicismo (...) No conceito de patriarcado não há lugar para remodelar o humano, pois se trabalha com dominações e antagonismos.

E em outro trabalho, com Lavinias (Castro e Lavinias 1992), volto a descartar a propriedade do conceito de patriarcado, associando-o a formulações de Weber sobre formas de poder, no caso legitimado pelo poder do pai e superior ao de outras instituições, como o Estado, no plano de sentidos apropriados—‘sentidos mentados’ expressão de Weber, portanto orientados para a ação consentida. Hoje, por leitura mais atenta dos trabalhos de Saffioti, principalmente o que intitula “Gênero, Patriarcado, Violência” (Saffioti 2004) revisito tal postura, o que é objeto destas notas, em outra parte desta apresentação.

Antes mais situo, ainda que em pinceladas, contribuições de Saffioti para um feminismo emancipacionista, ou seja, que busca avanços contra desigualdades de gênero, nos limites do sistema capitalista, como por políticas públicas e que investe na utopia da emancipação humana, a liberdade contra codificações do ser, o que pede a saída do capitalismo.

ALGO SOBRE IMPORTANCIA DA PERSPECTIVA DE SAFFIOTI PARA A CONSTRUÇÃO DE UM SUJEITO NO FEMINISMO.

Insisto, é um desafio com múltiplas entradas, questionando inclusive separações entre o emocional e o racional, tentar corresponder ao convite feito pelo SOS Corpo, através de sua Coordenadora geral, a amiga Maria Betânia de Melo Ávila, para participar deste ato, quando se comemoram 30 anos de existência da entidade, em um painel intitulado Feminismo: Memórias e Devir, com a expressa orientação para que me referisse ao legado de Heleieth Saffioti. Feminista, socióloga, marxista, ativista que recém nos deixouⁱⁱⁱ e que muito freqüentou os fóruns do SOS (creio que o último em 2009) e que deixou vasta bibliografia desde o seu famoso “A Mulher na Sociedade de Classes. Mito e Realidade”, primeiro publicado em 1969.

Ora, Saffioti é conhecida de todos nós que estamos no campo do feminismo, não só no Brasil, em particular por seu domínio da teoria marxista, seu debate crítico com este, inclusive ressaltando para o debate sobre gênero a propriedade da perspectiva crítica do Lukács da Ontologia, como sua ponderação contra determinismos das necessidades econômicas, o caráter não teleológico da história^{iv}, ‘a complexidade do complexo’ e as “contingências do cotidiano”, o que colabora para que gênero seja entendido como um sistema com múltiplas possibilidades, além do binarismo masculino x feminino, defendendo que “*gênero não é tão somente social, dele participando também o corpo*” (Saffioti 2004: 125) e como categoria ontológica, inscrito no ‘orgânico, o não orgânico e o social’. É enfática na recusa de determinismos.

A ontologia Lukacsiana permite ver, com nitidez, que os seres humanos, não obstante terem construído e continuarem a construir uma esfera ontológica irreduzível à natureza, continuam a pertencer a esta unidade, que inclui as três esferas ontológicas. Mais do que isto, Lukács distingue dois tipos de posições teleológicas (ver nota iv): as posições que incidem sobre a natureza, visando à satisfação das necessidades, por exemplo, econômicas; e as posições cujo alvo é a consciência dos outros, na tentativa de modelar-lhes a conduta. Está aqui, sem dúvida, a ‘consciência dominada’ das mulheres (Mathieu) e, ao mesmo tempo, sua possibilidade de escapar de seu destino de gênero, via transgressão, que permite a criação de novas matrizes de gênero, cada uma lutando por destronar a matriz dominante de sua posição hegemônica

[...]

Situado num terreno muito distinto de Weber, o Lukács da Ontologia enfatiza o fato de o resultado das intenções individuais ultrapassá-las, inscrevendo-se na instância causal e não teleológica, o que abre espaço para as contingências do cotidiano. O ser social, na interpretação que Tertulian (1996) faz de Lukács, consiste numa interação de complexos heterogêneos, permanentemente em movimento e devir, apresentando uma mescla de continuidades e descontinuidades, de forma a produzir sempre o novo irreversível (Saffioti, 2004: 134)

Destaca-se, portanto, sua ênfase em processos, movimentos, relações e modelações do corpos, aceitando de Butler^v a crítica às associações lineares entre sexo e natureza e gênero e cultura, mas recusando do feminismo pos estruturalismo a ênfase no discurso, ou seja, em textos sem contextos e a recusa de sujeitos por transformações, “sujeito no feminismo” (Lauretis, 1987). De fato impressiona o sólido trabalho de pesquisa e diálogo crítico com autores do feminismo, procedendo a sofisticada e criativa remodelagem do acervo internacional de varias disciplinas que vêm aportando debates sobre gênero. Saffioti debate distintos aportes, considerando realidades locais, análises sobre violência contra a mulher no Brasil, realizações da exploração capitalista.

No prefacio ao seu livro, desenvolvido a partir de sua tese, de 1969, Antonio Candido de Mello e Souza a ela se referiu como “combativa intelectual” e ressaltou paralelismos entre seu trabalho acadêmico e aquele do seu orientador, Florestan Fernandes, explorando ambos vasta base de dados, muitas fontes em seus estudos e preocupação pela compreensão teórica critica. Considero que de fato, como Florestan Fernandes em sua historia de vida, além de tal rigor intelectual, Saffioti também se pautou pelo principio do mestre, a busca de um “saber militante”, ou seja elaboração de teorias, preocupando-se com práticas de intervenção e que decolassem de realidades analisadas e compromisso político com mudanças contra injustiças, por uma outra sociedade. Saffioti enfatizava a propriedade nessa rota, da disputa intelectual pautada por uma perspectiva critica dialética materialista que contemplasse processos estruturais mas atenta a contribuições de autores de outros campos e posturas políticas, selecionando aportes que colaborassem para a compreensão de relações sociais de varias ordens, realização do poder no gênero, passando por mas ultrapassando os

indivíduos, referindo-se a sistemas e agências e não propriamente estancando em sexismos, do qual foi crítica.

Saffioti frisava, em sua apreensão seletiva, a importância de escritos de autores como Guattari, Deleuze, Foucault e Butler, ou seja, muitos do campo do desconstrucionismo, do pós estruturalismo e críticos do marxismo. Autores com contribuições singulares para sair de determinismos, economicismos, e reducionismos e melhor explorar convivências, desencaixes, pseudo consentimentos, ou melhor, compreender por que viver ‘com-sentimentos’, inclusive as violências sofridas, a fluidez do poder, as ambigüidades e a força do desejo e da subjetividade, o jogo do simbólico, da sexualidade, ou seja, a materialidade da micro política, e as possíveis subversões que por aí se criam, assim como a não tão transparente força das macro estruturas.

Mas tais apreensões críticas de conhecimentos estão documentadas em debates de idéias, recusa de dicotomias entre macro e micro políticas, separações entre eco-eu, eco-nós, eco-terra (Guattari, 1990-sobre ‘as três ecologias’). Nos escritos de Saffioti, o apelo por uma teorização feminista que dê conta do que chamava de “nó” entre sistemas de opressão, como os de classe, gênero e raça e que fosse além de representações e individualismos metodológicos, ou seja contentando-se com mudanças no varejo. A reprodução de subjetividades serializadas assim como a construção de subjetividades e, principalmente, coletividades transgressoras, mutantes, dependeria, segundo minha leitura dos trabalhos de Saffioti, do embate entre simbologias e práticas, denúncia e recusa de violências de várias ordens e em especial desmistificando violências simbólicas (Bourdieu 1998).

Saffioti tornou-se referência singular, em especial acerca da relação entre patriarcado e capitalismo, tema que vinha se dedicando há algumas décadas, considerando a importância de investimento teóricos para um sujeito, que segundo Teresa de Lauretis (1981), ainda não é, é um vir a ser, o sujeito no feminismo e que é também segundo essa autora, e referências de Saffioti, um sujeito múltiplo, que se constrói no gênero, na classe, na raça ou seja em múltiplos e entrelaçados sistemas de subordinação e na recusa desses. O que nos coloca, segundo Saffioti, o desafio de entender o “nó” de tais sistemas na produção desse sujeito não serializado, transgressor, aquele que busca a emancipação, entendendo inclusive como a

materialidade das necessidades na história e as contingências (para sermos alinhados a Lukács) acentuam a importância estratégica de um sistema em relação a outros, mas não os elimina. Saffioti se destaca por questionar essencialismos na formulação de conceitos e recusar dualismos comuns na literatura feminista e até de corte materialista, sobre a necessidade de escolha conceitual entre gênero ou patriarcado para entender e modelar práticas contra violências em relação a mulher.

Mais que historiar o vasto legado de Saffioti nestas notas anuncio a seguir, sem pretensão de me aprofundar, o que considero como potencialidade de seus escritos, em particular a ênfase na propriedade política do conceito de patriarcado e a compreensão de que há várias formações de gênero, sendo o norte da perspectiva feminista que defende ultrapassar a formação de gênero patriarcal, para uma formação de gênero igualitária, ou seja, que combine, sem desigualdades sociais, diferenças e igualdades e, avanço, resgatando formulações de Butler (2003), trânsitos, ou seja, além de determinismos quer da natureza quer da cultura, ou o que identifico como construtos para uma teoria emancipacionista, em norte de política e em norte de emancipação humana.

Suas reflexões sobre o conceito de gênero considerando a ontologia do ser social de Georg Lukács e sobre patriarcado, discutindo o entrelace do contrato social e do contrato sexual, formulado por Pateman (1988) e a importância de entender patriarcado como dominação masculina (vetor mais enfatizado por Bourdieu 1999), ou seja, não apenas como a “lei do pai” (enfoque mais comum na psicanálise e em autores como Therborn, 2006, sobre a família)”, mas primeiro como a lei do marido, do amante, do amado, colabora para que se destaquem sexualidade e afeto. Saffioti sugere que o trabalho está para a economia política assim como a sexualidade está para uma teoria de gênero que busque se fundar na igualdade e em diferenças não socialmente desiguais.

Ora tais formulações ao meu juízo por sua complexidade pedem investimento maior que o realizado para esta homenagem, inclusive porque considero que Saffioti nos legou não uma obra pronta, mas um grande desafio, um programa de estudos e de ação, uma agenda intelectual política, se mais além da emancipação política também queremos como feministas investir na emancipação humana, o que pede mudanças nas relações sociais de várias ordens ou sistemas, conquistas no plano da liberdade e bem estar, ou seja no limite do Estado (emancipação política) e mudanças no plano da

sociabilidade não somente com o outro, a outra, mas consigo mesmo, ou seja nas formas de se pensar e nas relações^{vi}.

Daí enfatizo que me arvore, a seguir, tão somente a desenhar algumas notas sobre a potencialidade das formulações de Saffioti, em particular as mais recentes, para um vir a ser feminista, o que já adianto, a título de provocação—o que também era bem próprio do seu gênero de retórica, seu estilo---, não necessariamente limita o debate sobre dominação masculina/ patriarcado a um conhecimento por direitos humanos das mulheres, ao tempo que não elimina a categoria mulheres do horizonte de atenção, considerando as múltiplas desigualdades que vivenciam, muitas.

REACESSANDO O DEBATE SOBRE PATRIARCADO E PROPOSIÇÕES PARA UM FEMINISMO EMANCIPACIONISTA

Tendo como referência trabalhos apresentados entre 1980-1992 no GT Mulher e Força de Trabalho da ANPOCS identificamos em Castro e Lavinias, 1992, sobre o paradigma do patriarcado em estudos no Brasil nos anos 90:

Para Saffioti (1985), referência maior nos estudos feministas no Brasil que se servem deste paradigma, o patriarcado e o capitalismo são as duas faces de um mesmo modo de produzir e reproduzir a vida.

[...]

Embora o conceito de patriarcado faça parte das formulações de Weber sobre a sociologia da dominação, em grande parte da produção feminista ignora-se tal matriz. O conceito de patriarcado em Weber tem delimitações históricas claras, sendo apropriado tão somente para períodos anteriores aos tipos de dominação em que o Estado se afirma. Trata-se de um tipo de dominação em que o senhor é a lei e cujo domínio está referido ao espaço das comunidades domésticas ou formas sociais mais simples, tendo sua legitimidade garantida pela tradição. É um conceito, segundo Collins (1980), desajustado às formas capitalistas (Castro e Lavinias 1992: 236-237)

Mas em trabalhos posteriores (e.g. Saffioti 2004) bem elucidada a importância de resgatar o conceito de patriarcado, sua propriedade de uso associado a análises sobre o capitalismo e como não necessariamente o conceito de gênero o supera, mas o complementa e em particular sua propriedade em reflexão sobre violência, o que nos leva a ponderar criticamente sobre nossas anteriores ressalvas (Castro e Lavinias 1992) ao uso do conceito em estudos sobre gênero, em particular se passamos por sexualidade

e corpo, dimensões básicas ao conceito de gênero, nas formulações mais recentes (ver entre outros autores sobre tal chamada Butler 2003). Sobre o conceito de patriarcado, Saffioti recorre a Pateman (1988), para quem:

A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. Os filhos subvertem o regime paterno não apenas para conquistar sua liberdade, mas também para assegurar as mulheres para si próprios. Seu sucesso nesse empreendimento é narrado na história do contrato sexual. O pacto original é também um contrato sexual quanto social; é social no sentido de patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres-, e também sexual no sentido de estabelecimento de um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres. O contrato original cria o que chamarei, seguindo Adrienne Rich de ‘lei do direito sexual masculino’. O contrato está longe de se contrapor ao patriarcado; ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno” (Pateman 1988: 16-17 cit. in Saffioti 2004: 53-54).

Para Pateman (in Saffioti, op cit.), o ‘contrato sexual’ seria original e histórico, fundamentando “o direito político dos homens sobre as mulheres” e pediria múltiplas referências e níveis analíticos, mesmo reconhecendo-se a importância política do controle da sexualidade e do trabalho da mulher, o que mais associaria patriarcado a capitalismo, mas não exclusivamente a este (Kergoat in Saffioti 2004).

Saffioti (2004) defende a propriedade do conceito de gênero como mais vasto que o de patriarcado—o que também é explicitamente colocado por Therborn (2005) em seu magistral estudo sobre a família no mundo entre 1900 e 2000. Mas gênero, segundo Saffioti, refere-se também a relações sociais sexualizadas, por representações

do feminino e do masculino. O conceito de patriarcado seria, no quadro dessa Autora, entendido “como um caso específico de relações de gênero”. Ela enfatiza a propriedade do termo *ordem patriarcal de gênero*.

O que ao meu juízo deixa campo—projeto para o futuro-- para maior exploração sobre a propriedade do conceito de patriarcado, para entender um tipo de modelação do masculino, nas relações tanto entre homens e mulheres, como entre homens e entre mulheres, em especial no plano da homoafetividade. Tal possibilidade teórica encontra chão em reflexões de Bourdieu (1998), decolando de análises antropológicas da sociedade de Cabília e o que considera ‘*possíveis invariantes históricas*’. De acordo com Bourdieu (1998: 31):

Se a relação sexual se mostra como uma relação social de dominação, é porque ela está construída através do princípio de divisão fundamental entre o masculino, ativo e o feminino, passivo, e porque este princípio cria, organiza, expressa e dirige o desejo – o desejo masculino como desejo de posse, como dominação erotizada e o desejo feminino como desejo da dominação masculina, como subordinação erotizada, ou mesmo, em última instância, como reconhecimento erotizado da dominação.”

Quando Bourdieu (op.cit.) associa dominação masculina a desejo e posse e se refere a um ‘*reconhecimento erotizado da dominação*’ também discute a possibilidade de reciprocidade nas relações homossexuais, mas questiona se a relação entre poder e sexualidade não contribuiria para a reprodução de papéis nas relações sexuais, inferiorizando o considerado ‘passivo’:

A penetração, sobretudo quando se exerce sobre um homem, é uma das afirmações da *libido dominandi*, que jamais está de todo ausente na libido masculina. Sabe-se que em inúmeras sociedades, a posse homossexual é vista como uma manifestação de ‘potência’, um ato de dominação (exercido como tal, em certos casos para afirmar a superioridade ‘feminizando’ o outro) e que é a este título que, entre os gregos, ela leva aquele que a sofre à desonra e à perda do estatuto de homem íntegro e de cidadão (Bourdieu, 1998: 31).

O patriarcado, ao se imbricar com o contrato sexual, é engendrado em uma ordem hegemônica de sexualidade, a heteronormatividade. Ressalto, portanto, que o

construto de poder hegemônico, por dominação, próprio da ordem patriarcal, destaca seu vetor político, ou seja a propriedade para projetos de emancipação humana, além, claro, da emancipação política das mulheres. (Ver na nota vi referência a como em Marx se discute a dupla concepção de emancipação-política, no quadro do sistema capitalista; e humana, por transformação de socializações consigo e das relações sociais de várias ordens, ou seja em um outro sistema político-econômico-cultural.). Mas tal avenida ainda necessita de mais pavimentação político-teórica – é um outro projeto.

Sobre o trânsito e fronteiras entre os conceitos de gênero e de patriarcado, esclarece Saffioti:

Não se trata de abolir o uso do conceito de gênero, mas de eliminar sua utilização exclusiva. Gênero é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, a-histórico, apolítico e pretensamente neutro... O patriarcado ou ordem patriarcal de gênero, ao contrário, como vem explícito em seu nome, só se aplica a uma fase histórica, não tendo a pretensão da generalidade nem da neutralidade e deixando propositadamente explícito o vetor da dominação-exploração.... Trata-se, pois, da falocracia, do androcentrismo, da primazia masculina. É, por conseguinte um conceito de ordem política. E poderia ser de outra ordem, se o objetivo das (os) feministas consiste em transformar a sociedade, eliminando as desigualdades, as injustiças, as iniquidades, e instaurando a igualdade? (Saffioti 1997 cit. in Saffioti 2004: 139).

Mesmo admitindo que o patriarcado tem referências históricas e sugerindo que gênero admite a possibilidade de uma ordem pautada por relações de igualdade, não acredito que Saffioti e as feministas que adotam o conceito de patriarcado, concordem com a referência que faz Therborn a algumas sociedades, em particular na Europa hoje, como “pós patriarcais”^{vii}.

Se a relação entre patriarcado e gênero não é de suficiência, guarda alguma necessidade interativa, sendo aquele, o patriarcado, adjetivo a dar materialidade histórica a tipos de regimes de gênero. Note-se que há autores feministas, como Coward (1983) e Barret (escritos dos anos 80), cit. in Castro, 1998, que advogam o recurso ao termo patriarcal, considerando sua vigência em algumas dimensões das relações de

gênero, como as do plano afetivo e sexual. A referência, portanto, seria a ordens patriarcais no gênero, ou de gênero.

Segundo Coward (1983: 273):

Uma das maneiras mais produtivas de pensar sobre o patriarcado nos anos recentes foi através do nexo entre idéias da psicanálise e da antropologia estrutural. Com essa combinação se insiste na necessidade de explorar os mecanismos psicológicos pelos quais uma subjetividade sexualizada é construída na nossa cultura. Argumenta-se que o patriarcado é sustentado pela totalidade da construção da identidade sexual e do desejo e não necessariamente pelos interesses de grupos de pressão ‘todos poderosos’ como os dos homens sobre as mulheres.

Em que pese nosso reconhecimento sobre a criatividade e importância da formulação de Coward (op. cit.), destacando o peso do desejo, e diria também do afeto e do cuidar na reprodução consentida, ou melhor, com sentidos, da dominação patriarcal, ponderamos, recorrendo a Saffioti (2004) que a referência no debate sobre a ordem de dominação patriarcal é a uma categoria, a construção do masculino patriarcal, e não a indivíduos concretos, os homens, mas que há que se destacar também que em tal ordem, com a maior probabilidade são as mulheres, e os que não são considerados ‘homens ideais’, como aqueles, aquelas que recusam a heterossexualidade os(as) ‘des poderados(as)’.

Saffioti (2004) frisa a interação entre o contrato social e o sexual, o que caracteriza que as relações patriarcais “*contaminem*” tanto o mundo público quanto o privado, espaços que considera “*parcialmente mesclados*”. Em prol da propriedade do conceito de patriarcado na teoria-política feminista, pondera Saffioti (op.cit.) entre outros argumentos, os seguintes, que abrevio:

- Ênfase no contrato sexual original e sua interação com o contrato social - público relacionado ao privado
- “A diferença sexual é convertida em diferença política...sendo o patriarcado uma forma de expressão de poder político.....”

- “não se trata de uma relação privada, mas civil”
- “dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres”
- “configura um tipo hierárquico de relação que invade todos os espaços da sociedade; tem uma base material”
- “corporifica-se; representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência”(in Saffioti 2004:56-58)

Saffioti frisa que o conceito de patriarcado usado quer por feministas radicais quer por marxistas afasta-se da concepção Weberiana— a qual há que mais cuidar pela separação que faz entre o político, o econômico e o social no uso do “construto mental” dominação- este relacionado com o princípio de subjetividade:

Weber analisa assim, as bases da legitimidade recorrendo a fatos sempre redutíveis à subjetividade, inscrevendo-se a auto justificação como processo pelo qual se erige em lei universal o conceito subjacente à dominação” (Saffioti 2004: 99)

Saffioti também, ao enfatizar o construto de dominação, faz questão de desassociar tal referência da cosmovisão Weberiana:

Usa-se o conceito de dominação-exploração ou exploração-dominação, porque se concebe o processo de sujeição de uma categoria social com duas dimensões: a da dominação e a da exploração. Diferentemente do que pensam algumas autoras (Combes e Haicault, 1984), não se admitem territórios distintos para a dominação e a exploração. As autoras mencionadas pensam a primeira dimensão nomeada como um processo situado no domínio da política, enquanto a segunda é entendida como um processo típico do terreno econômico. De raiz Weberiana esta concepção divide uma realidade una. Esta já constitui razão suficiente para se recusar esta maneira de pensar (Saffioti 2002).

Assim a Autora recorre a Bourdieu (1998), ainda que não admita a importância do esquema Bourdieuniano sobre a economia das trocas simbólicas para a ‘dominação masculina’, que se expressa por crítica a construtos do marxismo. Segundo Bourdieu (1998: 9):

É] necessário buscar em uma análise materialista da economia os meios de escapar da ruínosa alternativa entre o ‘material’ e o ‘espiritual’ ou ‘ideal’ (mantida atualmente por meio da oposição entre os estudos ditos ‘materialistas’, que explicam a assimetria entre os sexos pelas condições de produção, e os estudos ditos ‘simbólicos’, muitas vezes notáveis, mas parciais.

Note-se que Bourdieu (1998) usa a expressão ‘dominação masculina’ e não a de patriarcado. Saffioti (2002: 15) assim se refere à importância do uso do conceito de Bourdieu de ‘dominação simbólica’:

A força da ordem masculina pode ser aferida pelo fato de que ela não precisa de justificação: a visão androcêntrica se impõe como neutra e não tem necessidade de se enunciar, visando sua legitimação. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica, tendendo a ratificar a dominação masculina na qual se funda: é a divisão social do trabalho, distribuição muito restrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu lugar, seu momento, seus instrumentos.

Neste sentido, a própria dominação constitui, por si só, uma violência. De acordo com Saffioti (2002: 41)

A violência simbólica institui-se por meio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominador (logo, à dominação), uma vez que ele não dispõe para pensá-lo ou pensar a si próprio, ou melhor, para pensar sua relação com ele, senão de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo senão a forma incorporada da relação de dominação, mostram esta relação como natural; ou, em outros termos, que os esquemas que ele mobiliza para se perceber e se avaliar ou para perceber e avaliar o dominador são o produto da incorporação de classificações, assim naturalizadas, das quais seu ser social é o produto.

A violência simbólica impregna corpo e alma das categorias sociais dominadas, fornecendo-lhes esquemas cognitivos conformes a esta

hierarquia, como já havia, há muito, revelado Bem (1983). É exclusivamente neste contexto que se pode falar em contribuição de mulheres para a produção da violência de gênero.

Saffioti (2004.) também ressalta que gênero seria um conceito mais abrangente que o patriarcado, envolvendo relações de vínculos, de igualdade, de diferenças e de desigualdades e antagonismos, enquanto nas relações patriarcais prevalecem as relações de antagonismo e hierarquia.

Tal re-visita a relações de gênero patriarcais e sua interação com explorações típicas ao capitalismo a nosso juízo colaboram na formatação de um feminismo de corte emancipacionista, que se caracterizaria por ponderar que :

- A referencia no feminismo de corte liberal e social democrata é uma mulher genérica, desterrada da classe e da classe-e-raça.
- Há que criticar tendências no feminismo socialista que se pautam por leituras acrílicas do marxismo, quando também se aportam à uma mulher proletária genérica, sem circulação na raça, corporificações da sexualidade diversas da heteronormatividade ou em outras identidades marcadas por sistemas políticos de opressões.
- As relações sociais entre os sexos—vetor do conceito de gênero— são condicionadas pela estrutura de classes, pela luta de classes, pelo lugar das mulheres na classe. Mas não definiriam sujeitos sexuados, nem os sujeitos sexual/socialmente se auto definem, apenas no plano da organização da economia. (Castro, 2000)
- Um feminismo emancipacionista considera a estrutura de classes e nessa relações pautadas por hierarquias de gênero, raça e outras, o que pede portanto referencia a praticas concretas, re-produção ampliada das relações sociais
- Gênero apontaria para relações sociais, portanto apelando para sua dialética articulação com outras relações- não somente se refere àquelas entre homens e mulheres. Seria um estruturante da totalidade social que permitiria sair das dicotomias entre o específico e o universal, entre a produção e a reprodução, entre o subjetivo e o objetivo . A noção de estruturante da totalidade sugere aproximação à formulação marxista de que “a sociedade não consiste de

indivíduos, mas expressa a soma de relações, de relações nas quais se encontram os indivíduos” (Marx cit in Castro, 2000)

- Ironicamente, gênero hoje () é congelado, reduzido a termo de posição, usado para lidar com direitos das mulheres, mas sem subverter o edifício de relações sociais que se realizam no capitalismo e seus motores como hierarquia, competição e apropriação privada em proveito de alguns.

O uso do conceito de gênero em um feminismo emancipacionista, um feminismo com projeto socialista afasta-se do uso do conceito de gênero em aporte culturalista que relaciona gênero à performática e ao discurso (e.g Butler 2003), omitindo restrições materiais, mas nesse se informa sobre trânsitos, diversidade, diferenças e corpo.

O resgate do emocional, do cuidado, da dádiva, ou modelações culturais do feminino no mundo da produção de bens e serviços e reprodução do capital sugere a propriedade das reflexões de Saffioti (2004) quanto às interações entre patriarcado e capitalismo. De fato valeria mais explorar, o que ainda pouco se faz nos estudos nacionais sobre gênero e trabalho, como economicamente é apropriado o vetor afetividade e sexualidade. O valor da afetividade como bem de consumo (commodity) é parte das contribuições de Illouz (2008), considerando trabalhos de Foucault, Bourdieu e Giddens – ou seja, focalizando a afetividade não apenas como dimensão do privado, mas condicionada ao público – no caso () o capitalismo contemporâneo.

As mudanças no mundo do trabalho, aumento de mulheres em profissões mais qualificadas assim como em setores informais, em ocupações ditas masculinas e homens em ocupações ditas femininas, assim como a diminuição dos diferenciais de rendimento estariam apontando para diversidades que não necessariamente derrubariam divisões sexuais de trabalho, de poder e do saber por hierarquias, corroborando a propriedade de combinar paradigmas como o que trabalha com o contrato social sexual (reprodução do patriarcado no capitalismo) (Saffioti 2004).

Outro destaque a ser dado as formulações de Saffioti quanto a contribuições para uma teoria feminista com vetor de emancipação, é o seu conceito de ‘nó’ ou novelo de relações de subordinações, na produção de sujeitos.

Ela observa que gênero, classe e raça entrelaçam-se na sociedade brasileira e que, a cada momento, uma dessas categorias é mais estratégica para mobilização visando a mudança social. Saffioti argumenta que gênero não é apenas uma “categoria de análise”, como expressa Joan Scott, mas, como classe e raça, gênero é uma “categoria histórica”. De acordo com Saffioti, um dos problemas no debate de Scott sobre gênero é o perigo do relativismo, uma vez que na abordagem dessa autora nenhum “limite estrutural é estabelecido”.(Saffioti 1999)

Saffioti (1999) também discute a centralidade dada por Scott para a linguagem e o discurso. Segundo Saffioti, linguagem, para Scott, é a arena básica para a construção do significado do conceito de gênero, o que estaria relacionado às referências pós-estruturalistas dessa autora (Foucault e Derrida segundo Saffioti 1999) “Rejeitando determinações objetivas [Scott] assume o discurso como o demiurgo do real”. (Saffioti 1999: 6). Ela também critica o uso abstrato do conceito de poder no artigo citado de Scott, considerando-o uma armadilha relacionada à “concepção fluída de poder” de Foucault, autor de referência de Scott.

Segundo Saffioti, “o nó que amarra classe, gênero e raça constrói as dinâmicas de desigualdade na sociedade contemporânea e daria chão, materialidade para estruturação de poderes moleculares e molares, ou seja ao nível da micro e da macro política. Assim ao tempo em que aceita de Foucault suas formulações sobre a microfísica do poder, considerando que tanto homens como mulheres, por exemplo, detém algum tipo de poder que ‘circula entre os corpos’, por outro lado ao enfatizar dominação-exploração relativiza a fluidez de poderes e a negação de estratégia de mudanças sociais, crítica comum que se faz àquele autor.(Castro 2001).

FECHANDO POR PORTA DE CORRER, OU SEJA, ANOTANDO FORMAS DE NÃO FECHAR

NOTAS EM VÔO LIVRE

Se concebemos emancipação das mulheres além da necessária, mas insuficiente luta por direitos à inclusão, acesso a serviços, reconhecimento de demandas específicas, mas se briga também por um processo de auto identificação consigo, com desejos e realizações não imaginadas, não existiria um conceito pronto do que seria emancipação humana e de emancipação feminina, mas um processo em aberto e a disputa do feminismo emancipacionista é que mais mulheres sejam sujeitos em tal construção. Claro que entra também o objetivo, que passa pelo auto questionamento, por sujeitos coletivos, da equação entre divisão social e sexual do trabalho, auto questionamentos de qualificações hierárquicas entre economias do afeto, da sexualidade, dos cuidados e as que são privilegiadas como próprias do mundo da produção de bens e serviços, da acumulação de riquezas monetarizáveis, do mercado, do público e suas codificações no gênero.

A festa/luta é tanto por emancipação política como e principalmente pela emancipação humana, o que pede investimentos contra alienações, mas com um agravante—nao considerado nos textos clássicos do marxismo—que ao se considerar ordem de gênero patriarcal (como relações sociais entre construções do que se normatiza como feminino e como masculino por dominações, hierarquias) não se estaria tão somente fazendo justiça às mulheres, mas ampliando e diversificando o que se entende por humano, em perspectiva socialista. Tendo, portanto que se enfrentar redimensionamento conceitual do que se entende por emancipação política e emancipação humana e por ai a formação de sujeitos políticos coletivos no feminismo emancipacionista (mulheres e homens) e como nesse se equacionam desejos e sexualidades.

Questiona-se então a decolagem de tal conscientização ou identificação de potencialidades como sujeito de transformação pelas esferas clássicas, qual seja a produção e o trabalho, entendido como produção de mercadorias. Concebe-se trabalho em perspectiva feminista emancipacionista- produção da vida, o que destaca sexualidade—O trabalho é tanto no feminismo como no marxismo, a pedra de toque da conscientização e da transformação da sociedade, mas se amplia no feminismo a noção de trabalho para que englobe tudo que tem significado para **geração da vida e do ser feliz**. É quando se reivindica mais atenção à economia dos afetos, da sexualidade, dos vínculos, dos cuidados, dos desejos, da codificação de felicidade na micro política.

As feministas liberais avançaram e muito na identificação do eu, do corpo mas ficaram curtas nas noções de cidadania burguesa e direitos humanos individualizados, para algumas e frearam a possibilidade das mulheres irem mais além de inclusões no sistema, ou seja de serem sujeitos no feminismo (emancipacionista) e virem também mudar o sistema e inclusive questionarem de forma solidária, mas firme, nas esquerdas, que socialismo se tem como meta e como se vem dando tal construção, inclusive teórica.

A centralidade do conceito de dominação patriarcal, associado ao de exploração capitalista, proposto por Saffioti em vários escritos, idéia aqui resgatada de forma simplificada, sugere que temos que mais investir na atualização do que se entende por emancipação, considerando demandas de sujeitos diversos, como mulheres, negros(as), LGBT, dos conceitos nucleares do marxismo sobre emancipação política e emancipação humana, questionando que totalidades temos que reconstruir teoricamente, para que nas concepções de emancipação política e emancipação humana trabalhem com uma totalidade diversificada, em que todos se encontrem com suas buscas, com as contradições, por que não, mas sem opressões, sem explorações, sem dominações.

Temos que ter a modéstia de reconhecer que se muito se caminhou na estruturação teórica do marxismo e do feminismo, já a equação entre os dois, a partir da realidade brasileira, conta com significativos mas ainda poucos aportes, em particular teóricos considerando realidades no Brasil, diversidades e desigualdades, o que mais singulariza o trabalho de Helleieth Saffioti, e a importância de mais estudar, avançar por suas pistas.

Ou seja, um desafio é combinar frentes, que sedimentem a defesa dos direitos das mulheres em diversas dimensões hoje, clamando por inclusão, respeito a diferenças e igualdade de oportunidades. Mas diferentemente das perspectivas liberais, há que avançar por teoria política que se mova dialeticamente no presente e na construção do futuro, o que exige atendimento de demandas contra vulnerabilidades sociais, as chamadas políticas de ação afirmativa e de equidade e a construção de uma outra sociedade que radicalmente enfrente hierarquizações em classe e gênero (entendido não só como relações homem e mulher, mas como normatizações de afetividade) e raça—já que as diferenças entre mulheres negras e brancas no Brasil, assim como de latinas, negras e imigrantes e nativas em países como os EUA e

Europa exigem que se considere o “nó”, como dizia Saffiotti, entre classe, gênero e raça.

Ora em tal nó, cada sistema de identificação, posicionamento influencia, modifica e inclusive disfarça, silenciando o outro. Tal dialética pede outra epistemologia, em que se quebrem departamentalizações entre o objetivo, a organização da economia política e a subjetividade, a identificação do eu como sujeito de direitos e de desejos, assim como a vigilância de estar no presente lutando por direitos e estar na construção do futuro, lutando pela possibilidade de que os próprios sujeitos na classe, na raça, no gênero venham a criar novos direitos,.

O que não necessariamente, ao contrario do feminismo liberal, decola dos individualismos ‘divisivos ‘e excludentes, ou seja para algumas mulheres. Meu corpo é meu, diziam as feministas liberais nos anos 70. Que corpo é este, como é visto e como dele decolo para o mundo e me conscientizo de que muitos são os corpos, as diferenças e as comunalidades. Qual a sua materialidade, e seu vir a ser e em que medida posso ter um corpo em um sistema que produz corpos mediáticos padronizados? As representações sobre o meu corpo, inclusive a minha, dependem de construções históricas, mercantilizadas, então como o meu corpo é meu? Perguntamos muitas de nós, hoje.

O feminismo emancipacionista parte de uma totalidade como norte, a emancipação humana, investe em ampliar a emancipação política das mulheres, aqui e agora. Quer ser reconhecido como sujeito a dar corpo e voz a utopia de modelar a emancipação humana. Que o debate sobre a corrente emancipacionista se destaque, não como questão de direitos humanos, uma concessão ou reconhecimento dos direitos das mulheres, o que já em si seria importante, mas como básico para a discussão sobre emancipação, que emancipação queremos e como tal querer se constrói, entre contingências e violências?

ATERRIZANDO

Termino lembrando que o investimento teórico de Saffiotti decola de atenção a violências, físicas e simbólicas, contra as mulheres, o que se associa, mas não se perde em suas reflexões por emancipações, preocupações por superar reificações, alienações e coisificações e a importância de mais pesquisas sobre ideologias e tecnologias de

gênero, ou como agências tipo família, escola, mídia são aparatos da reprodução de uma ideologia patriarcal^{viii}. Ou seja não ao azar, a primeira parte do seu livro “Gênero, Patriarcado, Violência” (Saffioti 2004) intitula-se “*A realidade nua e crua*”, em que apresenta análises sobre expressões de violências contra as mulheres no Brasil e no final desse livro, reflita que:

A ideologia constitui um relevante elemento de reificação, de alienação, de coisificação. Também constitui uma poderosa tecnologia de gênero (Lauretis 1987) assim como ‘cinema, discursos institucionais, epistemologias e práticas críticas (p ix)

[...]

Não obstante a força e a eficácia política de todas as tecnologias sociais, especialmente as de gênero e, em seu seio, das ideologias de gênero, a violência ainda é necessária para manter o *status quo*. Isto não significa adesão ao uso da violência, mas uma dolorosa constatação” (Saffioti 2004: 139)

REFERENCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. São Paulo, Bertrand Brasil, 1999.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero. Feminismo e subversão da identidade** Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.

CANIELLES, Ariela dos Santos e OLIVEIRA, Avelino da Rosa Oliveira. “A Emancipação Humana: uma abordagem a partir de Karl Marx”. Apresentado in **V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo -- Marxismo, Educação e Emancipação Humana**. Abril de 2011 – UFSC – Florianópolis - ver site (consultado em 20.09.2011)

CASTRO, Mary Garcia e LAVINAS, Lena –“Do feminino ao gênero, a construção de um objeto” in COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina **Uma questão de gênero**. Ed Rosa dos Tempos e Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 1992-páginas 216-251.

CASTRO, Mary Garcia “Marxismo, Feminismos e Feminismo Marxista—Mais que um Gênero, em Tempos Neo Liberais” in **Revista Crítica Marxista** n 11, 2000-p 98-108.

CASTRO, Mary Garcia Gênero e Poder. “Leituras Transculturais – Quando o Sertão é Mar, Mas o Olhar Estranha, encalha em Recife”. In **Revista Pagu**, 2001. P 48-77

- CASTRO, Mary Garcia “Debates sobre Gênero e Patriarcado em construções de Therborn”. In MENEZES, Jose E. X. e CASTRO, Mary Garcia **Família, População, Sexo e Poder. Entre Saberes e Polemicas**. Ed Paulinas, São Paulo, 2009-p47-72
- CASTRO, Mary Garcia O Patriarcado em Debate. In **Revista Presença da Mulher**, ano VI, n 21, outubro/dezembro 1991, p 19-29
- GUATTARI, Félix **As Três Ecologias**, Campinas, Papirus, 1990
- HANSEN, Karen V. e PHILIPSON, Ilene J. **Women, Class, and the Feminist Imagination. A Socialist-Feminist Reader**. Temple University Press, Philadelphia. 1990
- HENNESY, Rosemary e INGRAHAM, Chrys Materialist Feminism. A Reader in Class, Difference and Women’s Lives. Rutledge, Londres. 1997
- ILLOUZ, E . **Cold Intimacies. The Making of Emotional Capitalism**. Cambridge: Polity Press,. Cambridge, 2008
- LAURETIS, Teresa de. **Technologies of Gender**. Bloomington, Indiana University Press, 1987
- PATEMAN, **Carole The Sexual Contract**. Stanford, Stanford University Press, 1988
- PASSOS, Rejane Cristina dos e DUARTE, Carolina Duarte . **Construindo Redes** www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST34/Passos-Souza_34.pdf- consultado em 25.9.2011
- RODRIGUES, Carla “Butler e a desconstrução do gênero”-**Revista Estudos Feministas** vol.13 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2005 – http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2005000100012&script=sci_arttext, consultado 11.09.2011
- SAFFIOTI, Helleieth, **Gênero, Patriarcado, Violência** – Ed Perseu Abramo, São Paulo, 2004
- SAFFIOTI, Heleieth **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Consultado in site da Labrys, Estudos Feministas número 1-2, julho/ dezembro 2002
- SAFFIOTI, Heleieth. “O estatuto teórico da violência de gênero”. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Violência em tempo de globalização**. São Paulo, Hucitec, 1999
- SAFFIOTI, Heleieth. “Rearticulando gênero e classe social”. In: Costa, A.O; Bruschini, C. (Orgs.) **Uma Questão de gênero**. São Paulo; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- SCOTT, Joan W. Gender: **A Useful Category of Historical Analysis**. American Historical Review, vol. 91, nº 5, 1986.
- THERBORN, Goran **Sexo e Poder. A Família no Mundo 1900-2000**. Tradução de Elisabete Dória Bilac- Ed Contexto: São Paulo, 2006

ⁱ PhD em Sociologia, professora Universidade Católica de Salvador- Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea e Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania); Pesquisadora CNPq; Pesquisadora da FLACSO-Brasil; Professora Aposentada UFBA; Coordenadora Grupo CNPq/UCSAL Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Juventudes, Identidades, Cidadania e Cultura; e Membro da diretoria da União Brasileira de Mulheres

ⁱⁱ Agradeço a Regina H Simões Barbosa, do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, da Universidade Federal do Rio de Janeiro suas sugestões críticas e a Pedro Castro, grande amigo, sua revisão.

ⁱⁱⁱ 1934-2010

^{iv} “Teleológicas são as ações dos agentes sociais, isto é, tem uma finalidade, dirigem-se a um alvo. Embora as ações humanas sejam teleológicas, a História não o é” (Saffioti, 2004: 134)

^v “O conceito de gênero como culturalmente construído, distinto do de sexo, como naturalmente adquirido, formaram o par sobre o qual as teorias feministas inicialmente se basearam para defender perspectivas “desnaturalizadoras” sob as quais se dava, no senso comum, a associação do feminino com fragilidade ou submissão, e que até hoje servem para justificar preconceitos. O principal embate de Butler foi com a premissa na qual se origina a distinção sexo/gênero: sexo é natural e gênero é construído. O que Butler (*) afirmou foi que, “nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino” (p. 26). Para a contestação dessas características ditas naturalmente femininas, o par sexo/gênero serviu às teorias feministas até meados da década de 1980, quando começou a ser questionado”

RODRIGUES, Carla “Butler e a desconstrução do gênero”- Rev. Estud.

Fem. vol.13 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2005 – http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2005000100012&script=sci_arttext, consultado 11.09.2011

(*) A referência é a BUTLER, Judith P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

^{vi} . O conceito de emancipação perpassa todo o trabalho marxista. Marx procede a uma distinção entre emancipação política e emancipação humana:

“Na perspectiva da emancipação política o Homem [sic] pode emancipar-se politicamente, porém permanecerá condicionado a um sistema que oprime suas características enquanto ser genérico e social. Em contrapartida, no pensamento de Marx, para haver a possibilidade da emancipação humana é necessária uma mudança tanto na forma de pensar como nas práticas dos homens. Esse processo está estreitamente relacionado à alienação do homem [sic.], à luta de classes e, principalmente, à liberdade. Desse modo, podemos afirmar que a *emancipação humana* vincula-se ao desejo da instauração de um novo modelo social que supere o sistema do capital. Por fim, **emancipação humana** envolve características específicas e complexas: a) Consiste em um processo coletivo e social; b) Para que a emancipação ocorra é necessária uma mudança na forma de pensar e agir em sociedade, através da formação omnilateral do homem [sic.] (Educação integral – aspectos intelectuais culturais e trabalho); c) superação da alienação e sistema do capital.” CANIELLES, Ariela e OLIVEIRA, Avelino da Rosa Oliveira – 2011, P 1.

^{vii} “As sociedades pós-patriarcais, nas quais as práticas patriarcais tornaram-se normativamente desviantes, relegadas enclaves étnicos, religiosos ou locais, podem ser definidas muito generosamente, de modo a incluir toda a Europa, salvo por algumas partes dos Bálcãs e os confins da Rússia; a América do Norte, a América Latina, à exceção de partes dos Andes; o Japão e a Coreia, com alguma generosidade extra, e a Oceania: em outras palavras, as regiões do mundo atualmente mais desenvolvidas em termos econômicos e suas vizinhanças próximas, representadas pela Europa Oriental e América do Sul. Juntas, elas perfazem cerca de 30% da população mundial, menos do que a parte claramente patriarcal. Em meio a regiões e culturas patriarcais e pós-patriarcais do mundo, há um último terço da humanidade, a maioria da China e do Sudeste Asiático, principalmente, mas também áreas de transição recente como a África Meridional e a Turquia, a Costa Oeste africana e a América Andina. Aqui pais e, não raramente, outros parentes têm opiniões importantes nos assuntos de casamento, a assimetria dos direitos sexuais é pronunciada e os maridos tendem a ser dominadores. Ao mesmo tempo, os jovens e as mulheres casadas têm reconhecida autonomia e a parceria sexual é, em primeiro lugar, decisão do próprio casal.

Em suma, a despeito das tremendas e marcantes mudanças é pesada a carga de dominação paterna e marital trazida para o século XXI. A longa noite patriarcal da humanidade está chegando ao fim. Está alvorecendo, mas o sol é visível apenas para uma minoria. ” (THERBORN, 2006: 195)

^{viii} Saffioti (1992, p. 210) considera que *cada ser humano é a história de suas relações sociais,perpassadas por antagonismos e contradições de gênero, classe, raça/etnia*. Os preconceitos e estereótipos dos gêneros são reforçados nos espaços de aprendizado e nos processos de socialização apoiando-se, sobretudo na determinação biológica. Assim, a diferença biológica vai se transformar em desigualdade social e tomar uma aparência de naturalidade. “Eis porque o machismo não constitui privilégio de homens, sendo as mulheres também suas portadoras. Não basta que um dos gêneros conheça e pratique atribuições que lhes são conferidas pela sociedade, é imprescindível que cada gênero conheça as responsabilidades do outro gênero” (Saffioti, 1992, p. 10).

Note-se que sua chamada é por questionamento não de ‘cumplicidades’ ou ‘vitimização das mulheres’ mas em sua socialização para a reprodução de ideologias e sistemas de gênero patriarcal, daí a importância, segundo ela de investimento em análises críticas sobre tecnologias de gênero.